



# MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Luta pela vida, Contra a Violência

## Sede Nacional

SEPN Qd. 506 - Bl. C - Subsolo – Sala 34 – 70530-535 – Brasília-DF

Fone: 61 273-7320/7170 - Fax: 61 274-7671

E-mail: [mndh@mndh.org.br](mailto:mndh@mndh.org.br) Home: [www.mndh.org.br](http://www.mndh.org.br)

---

## CARTA ABERTA

### QUEREMOS TODOS OS DIREITOS HUMANOS PARA TODAS E TODOS

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), através de seu Conselho Nacional, reunido em Pirenópolis, GO, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2004, depois de fazer um balanço que analisou a situação brasileira, com recorte em direitos humanos, resolveu tornar público o seguinte posicionamento.

Somos um movimento social e falamos deste lugar social. Historicamente lutamos para que a promoção dos direitos humanos seja cada vez mais ampla e assumida pelo conjunto da sociedade. Entendemos que é nas lutas libertárias e emancipatórias que nasce e se alimenta o sentido dos direitos humanos. Reconhecemos que somente a construção de uma cultura de direitos humanos será capaz de gerar subjetividades comprometidas e institucionalidades protetivas. Afirmamos que direitos humanos formam um núcleo estreitamente articulado ao processo de ampliação da participação democrática e de construção de um processo de desenvolvimento sustentável e solidário. Reafirmamos que direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes. Nos somamos a todos os processos sociais e políticos que são intransigentes com todo tipo de violação e que encontram na indignação e na solidariedade os posicionamentos basilares da mobilização da ação pela afirmação dos direitos humanos. Comungamos com o esforço para construir condições cada vez mais adequadas à realização dos direitos humanos como expressão do acúmulo de forças dos setores populares que apontam para transformações substantivas da realidade e acreditam que a esperança não somente se opõe ao medo, mas mobiliza para agir de maneira conseqüente na promoção, proteção e reparação dos direitos humanos de cada pessoa e de todas as pessoas.

Sabemos que, apesar dos avanços na consciência e a criação de instrumentos de ação em direitos humanos, vivemos um tempo que nega (e às vezes até se conforma com isso) de maneira sistemática os direitos, que insiste em mercantilizar a vida e os direitos, que, em nome da segurança, sacrifica valores democráticos. Um tempo em que ajustes estruturais, superávits primários e compromissos com o pagamento da dívida sacrificam a ampliação de investimentos em políticas para garantir direitos sociais. Temos consciência dos condicionantes macro-econômicos e fiscais, mas não podemos concordar que eles sejam a razão central e o mote principal da ação dos governos. A situação de desigualdade e de concentração da renda e da riqueza insiste em crescer e as medidas tomadas até o momento ainda não geram condições de mudar esta realidade. O crescimento econômico é salutar e necessário, mas precisa ser completado com a distribuição da renda e da riqueza, o que exige muito mais do que políticas de transferência de renda (em geral descoladas de políticas estruturantes). A tendência de criminalização da luta e das organizações populares, em particular, e do conflito social, em geral, vitima especialmente os grupos mais vulneráveis da sociedade, sobretudo jovens e negros.

Como milhões de brasileiros, acreditamos que o governo Lula poderia inaugurar um novo ciclo na sociedade brasileira. Todavia, um balanço destes dois anos de governo indica mais para o fechamento do ciclo conservador do que para a abertura de um novo tempo para o País. Como movimento social autônomo e independente, mas identificado com os anseios populares, acreditamos que medidas estruturais de promoção dos direitos humanos seriam empreendidas. Continuamos a acreditar nisso, mas também temos certeza que somente se mobilizarmos a consciência cidadã para continuar a exigir de forma cada vez mais contundente seus direitos é que estaremos ajudando a dar os passos necessários para que um novo tempo possa ser realidade em nosso País.

Sabemos que a organização do povo é o caminho. Reconhecemos que esta não é uma tarefa fácil. Aprendemos que as exigências colocadas para os setores populares desafiam a reconstrução do conteúdo do horizonte utópico e das metodologias a serem empregadas para que possamos fortalecer as lutas populares e a diversidade social, a fim de que, com elas, possamos ampliar e qualificar o conteúdo e o sentido dos direitos humanos, para que se tornem, mais do que bandeira de luta, em realidade efetiva na vida de cada pessoa. Por isso, nos somamos a todas as organizações e apoiamos todas as lutas que apontam para a construção de uma força social capaz de imprimir novas perspectivas e caminhos alternativos.

Conseqüentes com a leitura que fizemos, apresentamos nossa agenda de ação política de luta e os pontos de uma pauta de interlocução com os governos. Queremos expressar nossa disposição para avançarmos na organização da sociedade para mais uma vez afirmar que direitos humanos têm seu sentido radicado no fortalecimento das lutas populares. Também pretendemos apresentar nossa posição de cobrança das responsabilidades dos governos, sobretudo do governo federal, no sentido de empreender medidas concretas para que direitos humanos estejam efetivamente no centro das políticas públicas, como ação de estado, mais do que de setores ou parcelas do governo. Neste sentido, o MNDH se compromete a mobilizar todos os esforços, procurando todas as parcerias que puder, para desenvolver as seguintes ações:

### **Avançar na Implementação do SNDH**

A IX Conferência Nacional de Direitos Humanos foi um momento, tenso, difícil, mas significativo no sentido de comprometer um conjunto significativo de atores sociais na construção de condições mais sistemáticas de realização dos direitos humanos, através da criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos (SNDH). Um conjunto de processos, em vários níveis, foi criado; expectativas foram mobilizadas; resoluções foram aprovadas. No entanto, ainda falta a publicação do Relatório por parte da SEDH e o encaminhamento de ações concretas no sentido de avançar na sua implementação. O MNDH já vem desenvolvendo um amplo processo de capacitação com oficinas em todos os Estados. Pretende também fazer uma avaliação consistente da experiência dos Conselhos de Direitos Humanos, a fim de indicar alternativas para sua qualificação no sentido de adequar sua competência, formato e composição e, especialmente, para identificar instrumentos concretos e mais potentes para sua ação. A aprovação do novo Conselho Nacional de Direitos Humanos deverá ser feita nos moldes aprovados pela Conferência, revisando-se, se necessário o Projeto em tramitação no Congresso, já que, ele deverá servir de modelo para os que serão criados nas demais instâncias. Com base na experiência acumulada na formulação dos Programas de Direitos Humanos, entende ser necessário aprimorar a metodologia de construção e de monitoramento, sendo também necessária a atualização do PNDH. Defende também que sejam dados passos significativos na criação dos Relatórios de Impacto em Direitos Humanos, proposta aprovada pela Conferência. Entende, finalmente, que o avanço na construção do SNDH depende de um amplo processo de fortalecimento da organização da sociedade civil, dotando-a de condições de estar presente nos processos de luta social e nos espaços de controle social. O SNDH não será obra de uns poucos, deverá ser construção coletiva e de longo prazo. Mas, precisamos começar já, fazendo os passos que já são possíveis e, especialmente, fortalecendo os fóruns e as lutas de direitos humanos em todos os níveis.

### **Combate à Tortura e à Impunidade**

A tortura e a impunidade constituem-se nas principais marcas da incapacidade de a sociedade e o Estado brasileiro construir condições concretas de efetivação dos direitos humanos. Por isso, entendemos que é necessário ampliar de forma significativa os esforços para seu enfrentamento. Neste sentido, aprofundar a mobilização e organização da sociedade em vista de retomarmos a Campanha Nacional – interrompida pela promessa de um disque unificado que, mesmo tendo sido lançado com pompa e circunstância, ainda não saiu do papel – mantida em dez estados pela própria sociedade. É fundamental que ofereçamos um canal público de denúncia da tortura e, sobretudo, a organização dos Comitês Estaduais. Junto com isso, é necessário avançarmos na luta pela adesão do Brasil ao Protocolo Facultativo à Convenção. É necessário também que atualizemos nossas informações ao Comitê e ao Relator da ONU encarregados do assunto, já que o CAT virá ao País para monitorar suas recomendações. Entendemos que, a par disso, será fundamental que a sociedade civil cobre, inclusive judicialmente, as autoridades pela sua ação ou omissão nestes assuntos. Ademais, é necessário promover avanços significativos no Sistema de Justiça e Segurança a fim de que a Tortura e a Impunidade sejam enfrentadas, sobretudo no fortalecimento e independência das Ouvidorias e Corregedorias. Enfim, precisamos pactuar uma nova agenda de luta para erradicar a tortura, desenvolvendo mobilização, prevenção, monitoramento e responsabilização.

## **Afirmação dos Direitos Humanos**

O contexto de mercantilização da vida e dos direitos exige que empreendamos esforços para fazer frente à dinâmica de seu crescimento. Falamos de afirmação dos direitos humanos porque, mesmo já reconhecidos e proclamados, estes processos tendem a inviabilizá-los na prática. Neste sentido, é nossa intenção promover uma grande Campanha Nacional que pretende dizer que *Queremos todos os direitos humanos em todo lugar e para todas e todos*. Ela deverá ser um instrumento para sensibilizar, formar e mobilizar a sociedade, fortalecendo sua organização autônoma e independente e sua capacidade de cobrança dos direitos, tanto no campo da exigibilidade quanto da justiciabilidade, a fim de que digamos, com ênfase renovada, que direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes. Para tal entendemos necessário fortalecer as lutas de massa, a participação nos espaços de controle social das políticas públicas, a ação no judiciário, a ação internacional, complementar à ação nacional, o fortalecimento das iniciativas de monitoramento dos direitos, especialmente expressa na experiência das Relatorias Nacionais, entre diversas outras estratégias. Enfim, queremos promover ações para que direitos humanos estejam cada vez mais perto e no cotidiano da vida de cada pessoa.

## **Combate à Criminalização do Conflito Social**

Temos identificado que o fenômeno da violência tem se agravado e que a ação de combate a ele tem sido pautada por uma perspectiva de criminalização, mais do que de prevenção. Mostras disso são os dados que indicam o fato de a violência atingir especialmente jovens e negros das classes populares, sem esquecer dos povos indígenas, que vêm sendo vítimas de situações de quase extermínio; a criminalização dos movimentos e das lideranças sociais; e, também, a agressão aos defensores de direitos humanos. Entendemos que está em jogo a orientação política das ações de justiça e segurança de modo geral, expressa de modo particular na ação repressiva dos aparelhos policiais e nos posicionamentos do Poder Judiciário. É necessário avançar no monitoramento destas situações e, sobretudo, na construção de diagnósticos profundos que possam revelar de forma clara a situação. Ademais, é necessário fortalecer as iniciativas de organização social de controle das ações do Poder Judiciário, a fim de que a Justiça possa ser efetivamente um instrumento de proteção dos direitos humanos. Enfim, entendemos que este tema precisa ser estudado, discutido e conhecido pela sociedade brasileira.

Somos ciosos de nossa autonomia e independência como organização da sociedade civil e, desde este lugar, temos construído canais de interlocução e pressão dos governos e dos agentes públicos. Neste sentido, apresentamos uma proposta de pauta para os governos. Sabemos que ainda é um esboço inicial e entendemos que será fundamental que possa ser discutida e aprimorada, inclusive com a adesão de outros atores sociais.

Voltamos a insistir que entendemos que direitos humanos não podem ser uma política pontual deste ou daquele setor de qualquer governo. Direitos humanos precisam estar no centro do processo de desenvolvimento e de democracia e, neste sentido, precisam pautar de maneira estruturante as políticas públicas, manifestando-se em ações e processos concretos que estejam o mais amplamente transversalizados, sem que isso inviabilize políticas específicas. Neste sentido, entendemos que o papel de órgãos públicos especializados em direitos humanos em todas as esferas de governo e, de modo particular, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República é de serem agentes de promoção deste processo. Por isso, entendemos que a SEDH, além de definir programas de ação específicos, haveria de vocacionar-se para uma ação de interlocução ampla para dentro do poder público. Além de construir um programa de prioridades específicas e temáticas, precisaria ter um programa amplo de diálogo e de incidência no conjunto do governo. O mesmo esperamos de Secretarias ou Coordenadorias Estaduais e Municipais para seu âmbito de abrangência. Além destas questões gerais, entendemos como fundamentais os seguintes pontos específicos:

## **Arquivos da Ditadura**

Entendemos que o governo federal já deu um passo significativo na revisão do Decreto sobre o assunto. No entanto, entendemos que, por razões históricas, a sociedade brasileira deve ter acesso mais amplo possível a estas informações. Cobramos um posicionamento objetivo e conseqüente do governo federal nesta direção. Ademais, entendemos que deverão ser empreendidos todos os esforços (inclusive judiciais) para que todos os documentos disponíveis sejam abertos, tratados tecnicamente e disponibilizados a toda a sociedade em locais de acesso público. Não podemos compactuar, em hipótese alguma, com as declarações de que documentos foram destruídos. Se foram destruídos, o foram ilegalmente. Se foram destruídos,

alguém os destruiu e deve ser punido por tal atitude. Não podemos aceitar que isto continue a ser prática corrente, como o que ocorreu recentemente em Salvador. Neste sentido, exigimos a punição dos responsáveis pela destruição de documentos.

### **Programa de Proteção de Defensores de Direitos Humanos**

Saudamos a criação do Programa de Defensores de Direitos Humanos e sua construção com participação de representantes de organizações de direitos humanos. No entanto, estamos preocupados com a timidez de sua implementação e os poucos recursos previstos para tal. Entendemos que é fundamental que se amplie a cobertura e especialmente os recursos orçamentários, além de capacitar os agentes encarregados da proteção, especialmente para que os defensores não sejam cerceados em suas atividades pelos agentes de segurança. Concordamos e apoiamos as propostas de qualificação do programa, especialmente a que prevê sua instituição através de Lei, a fim de garantir sua permanência como ação de Estado.

### **Revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)**

O PNDH representou um marco significativo no compromisso do Estado com a implementação de políticas públicas em direitos humanos. O atual governo ainda não se posicionou de forma clara sobre o assunto, fala em sua revisão, mas não aponta medidas concretas nesta direção. Entendemos que o acumulado pela IX Conferência aponta para a necessidade de sua revisão, sobretudo para sua complementação e adequação. Além disso, é necessário que seja feito um relatório de sua implementação, com diagnóstico do cumprimento de suas metas e resultados a fim de subsidiar metodologicamente a revisão. Entendemos também que é necessário avançar na construção e implementação de metodologia de monitoramento, com ampla participação da sociedade civil, e na construção de Planos Anuais com previsão de recursos orçamentários, visando sua execução. Da mesma forma, entendemos como fundamental a criação de ações no sentido de incentivar governos estaduais e municipais no aprimoramento dos Programas existentes ou na construção de novos em suas respectivas esferas de poder.

### **Política de Promoção da Juventude**

A juventude brasileira tem sido vítima de um surdo processo de violência que inviabiliza seu presente e seu futuro. É fundamental uma atenção estratégica com políticas públicas consistentes a fim de viabilizar condições para que a juventude possa ser integrada ao processo social. Neste sentido entendemos fundamental apoiar o Estatuto da Juventude e a implementação ampla e sem revisões do Estatuto da Criança e do Adolescente. A nova legislação sobre medidas sócio-educativas precisa garantir condições de qualificação dos serviços públicos para sua efetivação. Neste sentido, nos preocupamos com a proposta de municipalização do atendimento das medidas e reforçamos a importância do gerenciamento pelos Estados, sem que isso elimine comprometimento dos Municípios. Ademais, saudamos as propostas de criação de organismos de governo dedicados ao tema, mas afirmamos que sua atuação deverá ser um reforço a presença transversal do tema nas diversas políticas públicas.

### **Provita e Atendimento a Vítimas de Violência**

O PROVITA tem sido uma das mais significativas experiências de parceria entre Estado e Sociedade Civil na promoção de políticas de proteção dos direitos humanos. Como tal precisa ser preservada e fortalecida. Neste sentido, é fundamental que sejam definitivamente afastadas as propostas de sua transferência da área de direitos humanos; que seja qualificado e haja ampliação criteriosa na base de atendimento, com conseqüente aporte de recursos orçamentários; e que se avance na criação do Conselho Nacional. No campo da proteção às vítimas da violência é também fundamental ampliar as ações dos CEAVs e o Programa de Proteção específica a Crianças e Adolescentes. Medidas concretas de comprometimento dos Estados nesta direção são fundamentais, sobretudo no sentido de garantir o cumprimento de seus compromissos neste campo.

### **Aprimoramento do Sistema Justiça e Segurança**

Saudamos o Programa Nacional de Segurança Pública e o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública) como grande novidade neste campo, seja pelas ações propostas, seja pelo espírito pautado pelos direitos humanos. No entanto, nos preocupa o quase abandono de suas metas e o afrouxamento dos compromissos e exigências federais em relação aos governos estaduais, especialmente com medidas de condicionamento de repasses de verbas. Entendemos que a política de justiça e segurança precisa dar passos signifi-

ficativos no sentido de efetivamente implementar medidas inovadoras. Advogamos a necessidade de aprimoramento e qualificação das perícias e dos Institutos Médicos Legais; a ampliação, fortalecimento e independência das Ouvidorias e Corregedorias e, de modo especial, o fortalecimento e ampliação das condições de trabalho independente das Defensorias Públicas. Ademais, cobramos do governo federal a retomada do apoio à Campanha Nacional de Combate à Tortura, com aporte de recursos para a viabilização de condições de funcionamento do SOS Tortura para recebimento de alegações e das Centrais e Comitês Estaduais encarregados para dar seguimento e acompanhamento às alegações e construir propostas de políticas para a erradicação da tortura.

### **Educação em Direitos Humanos**

A educação em direitos humanos é uma das principais ações no sentido da promoção dos direitos através da construção de novas bases subjetivas para uma cultura de direitos humanos. Neste sentido, saudamos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e a instalação do Comitê Nacional sobre o assunto. No entanto, entendemos que este é um assunto que deve envolver o conjunto das organizações da sociedade que lidam neste campo, sejam as organizações populares, os movimentos sociais, as universidades, as escolas, os educadores e pesquisadores. Deve, portanto, ser mais do que um tema para especialistas. Por isso, entendemos ser necessário um processo amplo e descentralizado de discussão e mobilização sobre o Plano, além da apresentação anual de um Plano Operacional com definição de prioridades e recursos orçamentários. Entendemos que é fundamental que o governo brasileiro cumpra as recomendações internacionais no sentido de investir maciçamente na educação em direitos humanos, especialmente na educação não formal ou popular. Ademais, entendemos que os Sistemas de Ensino devem dar passos significativos para que o tema dos direitos humanos esteja presente em todos os níveis de ensino, estabelecendo, se for o caso, diretrizes específicas sobre o assunto.

Pirenópolis, GO, 16 de dezembro de 2004.

Conselho Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)